

Abílio Manuel Guerra
Junqueiro



Pátria

Abílio Manuel Guerra Junqueiro

Pátria

Edição enriquecida. Crítica social e nacionalismo literário no século XIX

Introdução, estudos e comentários por Elisa Moura



Editado e publicado por Good Press, 2022

goodpress@okpublishing.info

EAN 4064066406660

Índice de conteúdo

[Introdução](#)

[Sinopse](#)

[Contexto Histórico](#)

[Pátria](#)

[Análise](#)

[Reflexão](#)

[Citações memoráveis](#)

[Notas](#)

Introdução

[Índice de conteúdo](#)

Entre o amor feroz pela terra natal e a repulsa diante da sua degradação, ergue-se em *Pátria*, de Abílio Manuel Guerra Junqueiro, um canto inflamado que transforma a angústia cívica em forma poética e convoca o leitor a reconhecer, sem escapatória, a distância dolorosa entre o ideal de nação e a realidade histórica, percorrendo com igual fôlego a exaltação e a denúncia, o orgulho e a vergonha, a esperança e o luto, como se cada verso fosse um gesto de resgate e de julgamento, uma tentativa de salvar pela palavra aquilo que a política e o tempo parecem comprometer.

Obra de poesia de intervenção, *Pátria* é um longo poema satírico publicado no final do século XIX, quando Portugal debatia a sua identidade e o seu lugar na Europa após o Ultimato Britânico de 1890. O cenário é a própria nação, convocada como espaço simbólico e terreno concreto: ruas, instituições, campos, memória coletiva. Abílio Manuel Guerra Junqueiro, nome de relevo no debate público do seu tempo, mobiliza as convenções do lirismo e da oratória para compor uma meditação combativa sobre o corpo político. O livro inscreve-se no horizonte da poesia realista e anticlerical do autor, mas focaliza sobretudo a questão do destino nacional.

Sem narrar uma história no sentido convencional, o poema instala uma premissa clara: a voz poética interpela a pátria como entidade viva e responsabilizável, examinando

sinas de decadência e possibilidades de renovação. A leitura é guiada por um timbre profético e por uma cadência declamatória, que alterna invectiva e ternura, sarcasmo e compaixão. As imagens são intensas e recorrentes, entre a alegoria política e a materialidade do quotidiano, com variações de ritmo que amplificam a urgência moral. O movimento dos cantos constrói um percurso de consciência, em que o apelo ao leitor funciona como exercício de memória e de vigilância cívica.

Entre os temas centrais, destacam-se a identidade nacional, a responsabilidade coletiva, a crítica à corrupção e ao imobilismo, a tensão entre povo e elites, e a ferida histórica que atravessa o imaginário português. A pátria surge simultaneamente como herança e tarefa, algo recebido e algo a reconstruir. O poema investiga a relação entre justiça e poder, a fragilidade das instituições e a necessidade de ética pública. Explora ainda a ligação afetiva à terra, valorizando o trabalho e a dignidade dos anónimos. Tudo se articula sem reduzir a complexidade histórica, preservando o lugar da ambivalência e abrindo espaço a um patriotismo crítico.

A força de Pátria reside também na linguagem, que combina hipérbole controlada, anáforas insistentes e metáforas orgânicas, produzindo um efeito de martelada rítmica capaz de envolver e desassossegar. Junqueiro maneja a ironia como lâmina e a compaixão como contrapeso, compondo um retrato tenso onde luz e sombra, pureza e contágio, grandeza e ruína se enfrentam. A articulação entre registos elevados e imagens concretas favorece uma leitura sonora, quase teatral, que convida à

declamação. Essa voz, ao mesmo tempo íntima e pública, sustenta o equilíbrio entre emoção e análise, de modo a que a indignação se converta em reflexão, e a reflexão em apelo.

Para leitores contemporâneos, o livro permanece vivo porque interroga dilemas que não perderam atualidade: o que significa amar um país sem condescendência, como enfrentar a desilusão com as instituições, de que modo conjugar memória e mudança. Em tempos de polarização, o poema oferece um léxico para pensar patriotismo sem triunfalismo, cidadania sem cinismo e crítica sem desistência. A sua energia verbal recorda que a linguagem pública importa, e que a imaginação moral pode ajudar a reconfigurar horizontes coletivos. Lido hoje, Pátria convida a uma ética da responsabilidade e a uma forma de esperança que não prescinde do rigor.

Ler Pátria é entrar num laboratório de consciência cívica moldado pela poesia, onde cada inflexão do verso testa limites do dizer e do agir. A experiência não se esgota na denúncia: desloca, exige e oferece critérios para uma escuta mais atenta do comum. Sem antecipar os momentos decisivos do percurso, basta dizer que o livro propõe um confronto persistente com a ideia de Portugal e com o papel de cada leitor nessa construção. Nesse sentido, permanece uma obra de referência, não por nostalgia, mas pela sua capacidade de articular crítica e cuidado, ferida e compromisso, palavra e responsabilidade.

Sinopse

[Índice de conteúdo](#)

Pátria, de Abílio Manuel Guerra Junqueiro, é um poema de veia cívica e satírica composto no final do século XIX, sob a sombra de uma crise nacional que expôs fragilidades políticas, morais e sociais. A obra propõe-se interrogar o sentido de “nação” através de uma sequência de quadros que combinam elegia, invectiva e visão profética. Em vez de narrar uma história tradicional, encena um percurso emocional e analítico: parte da constatação de um mal-estar coletivo, descreve as suas raízes e consequências, e procura entrever vias de regeneração. O tom é intenso, combativo e contrasta a memória gloriosa com a realidade presente.

O movimento inicial convoca o trauma recente e a sensação de humilhação pública, convertendo-os em metáfora de uma pátria ferida, quase corpo doente que clama por diagnóstico. A linguagem alterna lamento e acusação, evitando o panfleto fácil ao sustentar a emoção em imagens insistentes de ruína e perda. Junqueiro articula o passado heroico com o presente exausto, para mostrar a profundidade da fratura. A pátria surge como figura humana e como ideia, simultaneamente mãe e memória, território e destino, e é essa duplicidade que sustenta a exploração das tensões entre identidade idealizada e experiência concreta do quotidiano.

A partir desse enquadramento, o poema percorre panoramas sociais onde se acumulam sinais de abandono:

pobreza material, deseducação, arbitrariedade administrativa e indiferença perante o sofrimento comum. O discurso intensifica-se por hipérbole e ironia, mas mantém uma visada ética, pedindo responsabilidade e cuidado para com os mais vulneráveis. O conflito central define-se menos entre indivíduos do que entre princípios: utilidade pública versus interesse privado, serviço versus privilégio. A sucessão de cenas e contrastes produz uma ideia de país fora de prumo, em que o mérito rareia e o oportunismo prospera, alimentado por rotinas que normalizam a mediocridade.

Nesse contexto, a crítica ao poder político adquire relevo: a corte e a classe dirigente são retratadas como presas de formalismos vistosos e discursos ocos, alheias ao país real. O poema questiona a legitimidade de uma governança sustentada por clientelas, favores e jogos parlamentares, desmontando a retórica que mascara a inação. A sátira expõe a distância entre cerimónia e trabalho, entre proclamação e resultado, sem recair no anedótico. Ao fazê-lo, aponta o descompasso entre instituições e cidadania, insistindo na ideia de que a saúde da pátria depende menos de emblemas do que de deveres cumpridos.

A crítica estende-se ao peso de certas ortodoxias e hábitos espirituais que, segundo o poeta, encorajam resignação e mantêm estruturas arcaicas. Não se trata de negar transcendências, mas de acusar o clericalismo e as cumplicidades que substituem consciência por ritual e reflexão por superstição. A obra problematiza a aliança entre conveniência social e autoridade moral, perguntando quem fala em nome do bem comum e com que efeitos. Esse

questionamento não se limita a instituições religiosas; alcança toda forma de tutela simbólica que infantiliza o corpo cívico e o desarma perante os desafios materiais da modernidade.

Em contracampo, ergue-se a memória épica das origens modernas do país e uma ética de trabalho, ciência e educação cívica. A lembrança de feitos pretéritos não é mero consolo nostálgico; funciona como medida de exigência para o presente. O poema desloca-se, assim, do luto para a proposta, insinuando um horizonte de renovação que confia no povo como sujeito histórico. Mais do que um programa fechado, oferece uma energia moral: regenerar significaria restaurar a dignidade pelo esforço, pela lucidez e por instituições que sirvam a todos. A pátria sonhada coincide então com uma cidadania ativa.

A importância de Pátria excede o momento em que foi escrita. O livro ganhou larga circulação e suscitou polémicas, tornando-se referência da poesia cívica portuguesa e contribuindo para debates que atravessaram a vida pública nas décadas seguintes. A sua combinação de denúncia e esperança, articulada em imagens memoráveis e cadência oratória, continua a interpelar leitores quando Portugal pensa a relação entre identidade, decadência e regeneração. Sem oferecer soluções fáceis nem depender de reviravoltas, a obra persiste como espelho crítico e impulso ético, lembrando que a ideia de nação se decide no quotidiano dos valores partilhados.

Contexto Histórico

[Índice de conteúdo](#)

Publicada em 1896, *Pátria*, de Abílio Manuel Guerra Junqueiro, surge no Portugal da Monarquia Constitucional, regido pela Carta de 1826 e pelo regime do rotativismo entre Regeneradores e Progressistas. Carlos I subira ao trono em 1889, num Estado com império ultramarino disperso e administração centralizada, Cortes bicamerais e forte influência da Igreja Católica em instituições e costumes. O país atravessava tensões entre modernização e atraso, com uma opinião pública cada vez mais mobilizada pela imprensa diária e por associações cívicas. É neste enquadramento institucional e social que o livro se apresenta como intervenção literária de alcance político.

O contexto internacional foi marcado pela Partilha de África após a Conferência de Berlim (1884-85). Portugal ambicionou ligar Angola a Moçambique pelo mapa cor-de-rosa, aspiração contrariada pelo Ultimato britânico de janeiro de 1890, que impôs a retirada de forças portuguesas. A humilhação nacional desencadeou protestos, boicotes e um surto de republicanismo, culminando no levantamento de 31 de janeiro de 1891 no Porto. O ressentimento perante a preponderância britânica e a sensação de decadência moldaram o clima intelectual e político que alimenta *Pátria*, conferindo aos seus versos um tom de denúncia do abatimento coletivo e das responsabilidades das elites.

Internamente, o ciclo da Regeneração (1851-1890) deixara uma rede de obras públicas e dívida crescente. A crise financeira internacional de 1890 agravou fragilidades: em 1891 foi suspensa a convertibilidade metálica, e em 1892 o Estado declarou moratória parcial sobre a dívida externa. A instabilidade cambial, a contração do crédito e o aumento do custo de vida alimentaram descontentamento urbano e descrédito das instituições. O rotativismo partidário, percebido como oligárquico e clientelar, parecia incapaz de responder. Esse cenário económico e político, amplamente discutido na imprensa e nos círculos académicos, constitui um pano de fundo direto para a crítica social que o livro mobiliza.

No plano colonial, sucederam-se campanhas e negociações. O Tratado luso-britânico de 11 de junho de 1891 fixou fronteiras que desfizeram a ambicionada ligação Angola-Moçambique. Em 1895, as campanhas de Gaza, culminando na captura de Gungunhana por Mouzinho de Albuquerque, procuraram restaurar prestígio e afirmar soberania no sudeste africano. Essas vitórias não apagaram o trauma do Ultimato nem a percepção de vulnerabilidade externa. O contraste entre gestos de bravura colonial e fragilidade política metropolitana reforçou debates sobre responsabilidade governativa e rumo nacional. O Partido Republicano Português, fundado em 1876, ganhou novo fôlego com esse ambiente. Pátria dialoga com esse contraste, refletindo a tensão entre orgulho imperial e consciência de declínio.

Nas letras, a geração intelectual formada em Coimbra desde a década de 1870 — marcada por realismo,

naturalismo e crítica social — questionava costumes, clericalismo e instituições. Figuras como Eça de Queirós e Antero de Quental haviam sedimentado um léxico de intervenção cultural. A expansão do jornalismo de massas, com títulos como o Diário de Notícias e O Século, alargou públicos e acelerou polémicas. A poesia satírica e cívica ganhou circulação e eficácia. Guerra Junqueiro, vindo de anteriores investidas anticlericais, integra este ambiente de debate, usando recursos retóricos modernos para amplificar posições reformistas e chamar à responsabilidade política.

Abílio Guerra Junqueiro (1850-1923) formou-se em Direito em Coimbra e participou ativamente na vida pública. Exerceu mandato como deputado nas Cortes na década de 1870 e afirmou-se como orador e polemista. A sua obra poética anterior, de forte cunho anticlerical, expusera abusos e hipocrisias percebidos na sociedade portuguesa. Após o Ultimato, aproximou-se das teses republicanas e da crítica frontal à monarquia constitucional. Em Pátria, essa trajetória converge numa intervenção literária que procura interpelar diretamente a consciência nacional, unindo indignação moral, registo satírico e apelo à regeneração cívica, sem abandonar referências históricas reconhecíveis pelo leitor contemporâneo.

Pátria reúne poemas do ciclo de 1890-1896, incluindo textos surgidos na sequência imediata do Ultimato, como *Finis Patriae*. A coletânea circulou intensamente, alimentando debates públicos, artigos de opinião e comícios republicanos. Foi contestada por sectores monárquicos e conservadores, que a classificaram como incendiária, e acolhida por leitores que nela viram um diagnóstico

contundente da crise nacional. A receção ilustra como a literatura funcionou como arena de disputa política na viragem do século: versos eram citados em jornais, panfletos e intervenções públicas, amplificando a pressão por reformas e expondo fissuras na legitimidade do regime.

Assim, Pátria espelha o Portugal finissecular: um Estado constitucional sob desgaste, ferido por humilhações diplomáticas, constrangido por crises financeiras e debatido entre modernização e imobilismo. A obra critica práticas oligárquicas, complacências cortesãs e cúmplices silêncios institucionais, responsabilizando elites pela anemia cívica e pelo descrédito externo. Ao dramatizar o conflito entre memória gloriosa e presente precário, convoca o leitor a avaliar deveres de cidadania e urgências de reforma. Sem depender de episódios narrativos, o livro funciona como espelho e acusação da sua época, antecipando sensibilidades que ganhariam força até à implantação da República em 1910.

PÁTRIA

Índice Principal

EÇA DE QUEIROZ

COELHO NETO

GUERRA JUNQUEIRO

TERCEIRA EDIÇÃO

DO MESMO AUTOR

ACTORES

PÁTRIA

SCENA I

SCENA II

SCENA III

SCENA IV

SCENA V

SCENA VI

SCENA VII

SCENA VIII

SCENA IX

SCENA X

SCENA XI

SCENA XII

SCENA XIII

SCENA XIV

SCENA XV

SCENA XVI

SCENA XVII

SCENA XVIII

SCENA XIX

SCENA XX

SCENA XXI

SCENA XXII

SCENA XXIII

COLECCÃO LUSITANIA

Nasceu em Freixo de Espada á Cinta em 12 de Setembro de 1850. Guerra Junqueiro[1] é o nosso maior poeta vivo e um dos maiores poetas portugueses de todos os tempos. O seu génio profundo e vasto, a sua sensibilidade lírica verdadeiramente excepcional, o seu maravilhoso poder de expressão e de evocação, permitiram-lhe ser grande em todos os géneros de poesia. Desde as sátiras violentas que são a «*Velhice do Padre Eterno*» e a «*Morte de D. João*» até ao lirismo enternecido e humano dos «*Simples*», foi sempre um poeta original e forte, absolutamente incomparável; mas onde o seu génio se manifesta em toda a sua gloriosa expansão é na «*Pátria*», sátira e lirismo amalgamados na mais imprevista grandeza épica, grito de esperança dum povo, redimido enfim da sua decadência antiga. Depois de publicar a «*Pátria*», Junqueiro evolucioneou para uma mais larga compreensão do mundo e da vida; daí as suas «*Orações*», dum intenso lirismo panteísta e cristão, no mais nobre sentido desta palavra: daí também «*A Unidade do Ser*», livro em que a sua prodigiosa e sempre moça imaginação se alia a um seguro conhecimento dos fenómenos biológicos.

EÇA DE QUEIROZ

[Índice de conteúdo](#)

O Crime do Padre Amaro, 1 vol. 1\$20 *Primo Basílio*, 1 vol. 1\$00 *O Mandarin*, 1 vol. \$50 *Os Maias*, 2 vol. 2\$00 *A Relíquia*, 1 vol. 1\$00 *Correspondência de Fradique Mendes* \$60 *A Cidade e as Serras*, 1 vol. \$80 *A Ilustre Casa de Ramires*, 1 vol. 1\$00 *Prosas Bárbaras*, 1 vol. \$60 *Contos*, 1 vol. \$60 *Cartas de Inglaterra*, 1 vol. \$50 *Ecos de Paris*, 1 vol. \$50 *Cartas familiares e bilhetes postais de Paris*, 1 vol. \$50 *As Minas de Salomão* (tradução) \$60 *Notas Contemporâneas* (ideias sobre literatura e arte), 1 vol. 1\$00 *Últimas páginas*, 1 vol 1\$00

COELHO NETO

[Índice de conteúdo](#)

Sertão, 1 vol. \$60 *A Bico de Pena*, 1 vol. \$70 *Água de Juventa*, 1 vol. \$70 *Romanceiro*, 1 vol. \$50 *Teatro*, vol. I \$80 *Teatro*, vol. II \$40 *Teatro* vol. IV \$50 *Fabulário*, 1 vol. \$50 *Jardim das Oliveiras*, 1 vol. \$50 *Esfinge*, 1 vol. \$60 gravuras, 1 vol. \$50 *Inverno em Flor*. 1 vol. \$70 *Mistérios do Natal*, contos para crianças, 1 vol. \$50 *Morto (O)*, memórias de um fuzilado \$60 *Rei Negro (O)*, 1 vol. \$80 *Miragem*, 1 vol. \$60 *Capital Federal*, 1 vol. \$60 *Apólogos*, contos para crianças, com *A Conquista*, 1 vol. \$70 *A Tormenta*, 1 vol. \$60 *Tréva*, 1 vol. \$70 *Banzo*, 1 vol. \$50 *Teatro*, vol. V. \$50 *O Turbilhão* \$70

[Figura: *Guerra Junqueiro*]

GUERRA JUNQUEIRO

[Índice de conteúdo](#)

PÁTRIA

Esta é a ditosa pátria minha amada[\[1q\]](#).
Camões.

TERCEIRA EDIÇÃO

[Índice de conteúdo](#)

PORTO Livraria Chardron, de Lélo & Irmão, editores—Rua
das Carmelitas, 144

1915

Todos os direitos reservados

DO MESMO AUTOR

[Índice de conteúdo](#)

(Edições de LÉLO & IRMÃO)

A Velhice do Padre Eterno (edição profusamente ilustrada por Leal da Câmara), 1 vol. br. 1\$00 *A Vitória da França* \$10 *Pátria*, 3.ª edição, 1 vol. br. \$80 *Finis Patriae* \$30 *O Crime* \$20 *Lágrima* \$10 *Oração ao Pão* \$12 *Oração à Luz* \$20 *Marcha do ódio* \$30

A ENTRAR NO PRÉLO:

Oração à Flor.—Oração ao Homem.

A SAIR BREVEMENTE:

Unidade do Sêr (estudo filosófico e científico).

PROPRIEDADE DOS EDITORES

A propriedade literária e artística está garantida em todos os países que aderiram á Convenção de Berne—(Em Portugal, pela lei de 18 de Março de 1911. No Brasil, pela lei n.º 2577 de 17 de Janeiro de 1912).

Porto—Imprensa Moderna

_Á alma do meu amigo
Dr. José Falcão_

_Aos meus amigos

Basílio Teles
José Pereira de Sampaio_

ACTORES

[Índice de conteúdo](#)

Um doido.

O rei.

Magnus, duque de S. Vicente de Fóra.

Opiparus, príncipe d'Oiro Alegre.

Ciganus, marquês de Saltamontes.

Astrologus, cronista-mór de el-rei.

Iago, antigo cão de fila, dentes pôdres, obeso, gordura flácida.

Judas, cão mestiço de lobo, carcunda, sarnento, olhar falso, injectado de bÍlis.

Veneno, fraldiqueirito anão, ladrinchador e lambareiro.

PÁTRIA

[Índice de conteúdo](#)

Noite de tormenta. Céu caliginoso, mar em fúria, ventanias trágicas, relâmpagos distantes. O castelo do rei à beira-mar. Sala de armas.

Nos muros, entre panóplias, os retratos em pé da dinastia de

Bragança[2]. Agachados ao lume, os três cães familiares de el-rei,—Iago, Judas, Veneno. Entram Opiarus, Magnus e Ciganus.

Sentam-se, afagando os cães. Magnus poisa na mesa um pergaminho com o selo real. É o tratado com a Inglaterra.

SCENA I

[Índice de conteúdo](#)

CIGANUS, *apontando o pergaminho e rindo:*
Necrológio a assinar pelo defunto!

MAGNUS, *com gravidade:*
É urgente:
Salvamo-nos...

OPIARUS, *acendendo um charuto:*
Perdendo a honra... felizmente!
Inda bem! inda bem! vai-se a *ária das Quinas*...